



PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO – PMDB/ES

CONEXÕES PARA O FUTURO

A RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO

Programa para o Governo do Estado do Espírito Santo 2015-2018

Vitória – julho/2014

- 
- 
- 
1. Conjuntura, diretrizes e valores
 2. Ameaças a enfrentar, oportunidades a aproveitar
 3. Gestão transparente e eficiente dos recursos públicos
 4. Educação, inovação e cultura
 5. Direitos humanos e assistência social
 6. Saúde
 7. Esporte e lazer
 8. Segurança pública e defesa social
 9. Desenvolvimento econômico regional e logística
 10. Meio ambiente e sustentabilidade
 11. Habitação
 12. Saneamento básico
 13. Mobilidade urbana
 14. Considerações finais

SUMÁRIO

CONEXÕES PARA O FUTURO:

A RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO

Desde as impressionantes manifestações sociais de junho de 2013, a sociedade brasileira encontra-se “mexida”, “revirada”. A cidadania foi às ruas, apresentou demandas multifacetadas e suas insatisfações. Propostas, dúvidas, semelhanças e diferenças foram expostas de forma clara, inequívoca.

Nós, como um povo, descobrimos a força da nossa própria voz. Já não queremos apenas olhar, seguir velhas fórmulas, receber as respostas sem questionar. Somos construtores do nosso tempo, agentes da transformação, uma sociedade que exige participar e decidir seus próprios rumos.

O ano de 2003 encontrou o Espírito Santo mergulhado em uma crise institucional gravíssima que se iniciou ainda nos anos 1990. Na época, foi constituída uma ampla união de forças, liderada por Paulo Hartung, para enfrentar o crime organizado que estava enraizado no Estado.

A partir de um choque ético e de gestão, o Espírito Santo retomou o caminho da estabilidade, recuperou a credibilidade e partiu para um novo rumo: o caminho do desenvolvimento sustentável e de enormes possibilidades para os próximos anos. Tendo sido arrumado o governo, entre 2007 e 2010 vivenciamos um ciclo de expressivo crescimento dos investimentos públicos estaduais, que contribuíram para o desenvolvimento e a melhoria generalizada da vida das famílias capixabas.

Um bom ambiente institucional de negócios e uma visão moderna da gestão pública criaram as bases de um novo Espírito Santo. Conforme apontou recentemente em entrevista o ministro-chefe Marcelo Neri, da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE): “O brasileiro quer um caminho do meio, não quer uma situação muito extrema. Quer crescimento. Quer Estado forte, mas quer um setor privado forte também. O grande caminho para isso é a democracia”. Defendemos também as parcerias público-privadas e o equilíbrio institucional entre Estado e mercado.

Aquele tempo de progresso e de conquistas sociais levou à inauguração do terceiro ciclo de crescimento da nossa economia, quando observamos inclusive a diversificação dos investimentos privados e a sofisticação do setor de serviços.

Desde 2011, pode-se notar a perda do ritmo de crescimento do Espírito Santo. É nesse cenário que se situa a nossa decisão de discutir com a sociedade um novo projeto.

Partido do Movimento Democrático Brasileiro



1. DIRETRIZES E VALORES

Este plano de governo não pretende esgotar assuntos ou restringir temas. É um convite à descoberta e ao debate. O que apresentamos aqui é um ponto de partida, um conjunto de linhas e visões gerais para atender a uma exigência de registro eleitoral. O processo de elaboração de um plano de governo definitivo, que irá guiar nossas ações, será edificado a partir de debates amplos, de diálogos diversos e de estudos profundos das muitas realidades do Espírito Santo.

A vida de um cidadão não é dividida em partes. Somos seres complexos, com necessidades diversas que se entrelaçam. Um conjunto de políticas públicas também deve funcionar assim, de forma integrada, criando conexões que permitam aos indivíduos desfrutarem de uma existência plena na sociedade.

Tomamos, portanto, a decisão de pensar a gestão de forma una, sem tratar as políticas públicas de maneira isolada, e sim como parte de uma grande visão de administração do Estado, a qual cada decisão afeta, auxilia, influencia e é influenciada pelas outras. Trata-se, portanto, de propor uma rede de conexões que visa ao desenvolvimento e busca propiciar uma qualidade de vida melhor para cada cidadão.

Desse modo, propomos as seguintes diretrizes de trabalho, que pretendemos ainda aprofundar ao longo do tempo em diálogo com a sociedade. A visão das





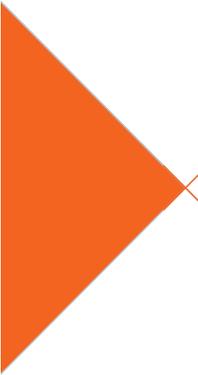
nossas propostas é de integração e de coerência intertemporal das políticas públicas. Os dois pilares que estruturam essas propostas são: desenvolvimento (social, econômico, regional e sustentável) e gestão pública de qualidade (eficiência, transparência e resultados). As dimensões desses pilares da proposta de governo em construção são abordadas nas próximas páginas e algumas outras serão acrescentadas ao longo do debate eleitoral.

Valores

- A democracia é um valor fundamental para a garantia da pessoa humana e o exercício da cidadania. Da democracia não se abre mão em hipótese alguma;
- O poder político se disputa pelo voto universal e os projetos políticos se implementam pelo compartilhamento de ideias, pelo convencimento, e não pela imposição;
- A democracia representativa deve ser fortalecida e aprimorada, estimulando os cidadãos e os movimentos da sociedade civil organizada a participarem da condução da coisa pública;
- A corrupção, criminalidade e a impunidade devem ser incansavelmente combatidas por todos os agentes públicos, alçados a essa condição pelo voto ou pela carreira profissional;
- A miséria deve ser erradicada e as injustiças sociais combatidas e eliminadas;
- A todos devem ser dadas oportunidades iguais de crescimento individual e de exercício pleno da cidadania;
- O acesso à Justiça deve ser facilitado e garantido a todos, individual e coletivamente;
- O crescimento econômico deve promover a superação das desigualdades, criando melhores condições de emprego e renda;
- O desenvolvimento econômico deve compatibilizar-se com o meio ambiente, nos parâmetros da sustentabilidade;
- O econômico deve subordinar-se ao social, contribuindo para superar desigualdades da ordem vigente. As leis de mercado não são um valor absoluto, devendo coadunar-se e harmonizar-se, sob a direção do governo, com o interesse geral da sociedade;



- As instituições públicas devem aperfeiçoar-se e atualizar-se em busca da ampliação do diálogo e da participação da sociedade, assim como do avanço dos padrões de eficácia e da credibilidade, rompendo com as práticas clientelistas e paternalistas e eliminando a corrupção de suas estruturas;
- A transparência, a participação social e a austeridade político-administrativa constituem as bases de trabalho da administração pública.





2. AMEAÇAS A ENFRENTAR, OPORTUNIDADES A APROVEITAR

Segundo o IBGE, desde 2011 a economia capixaba vem perdendo dinamismo, o que é fácil confirmar pelo cotidiano da vida econômica e social do Estado. Parte dessa perda pode ser atribuída à persistência da crise externa, mas a outra parte se deve a dificuldades domésticas. O fato é que o Espírito Santo caminha em um ritmo mais lento do que poderia.

Vivemos atualmente sob o clima de elevado grau de **incerteza** no Brasil para o próximo período de governo (2015-2018). Incerteza esta que não explica toda a perda de dinamismo no Espírito Santo de 2011 para cá, mas que afetaram as expectativas dos agentes econômicos. O governo capixaba perdeu a liderança no processo de manutenção de um bom ambiente institucional de negócios e o empresariado, por sua vez, vem se tornando cada vez mais pessimista. Mas também é crescente a perda de confiança entre consumidores e entre os trabalhadores, quanto à manutenção do emprego e da renda no futuro próximo.

Fontes: IBGE e IJSN.





Se o nível da atividade econômica continuar fraco no Estado, não haverá empregos para todos os jovens que hoje lutam para se capacitar ou, alternativamente, esses jovens irão disputar os mesmos postos de trabalho já existentes. As oportunidades de investimento e de crescimento para as empresas capixabas declinarão. Para o pesquisador Ricardo Paes de Barros (Ipea), a melhor política social hoje é a conquista de ganhos de produtividade. Nesse sentido, a qualidade e a consistência intertemporal das políticas públicas são importantes para o processo de desenvolvimento sustentado das sociedades – educação, saúde, infraestrutura, cultura, turismo, direitos humanos, esporte e lazer, entre outros.

Uma economia crescendo pouco também afeta a capacidade dos governos de prover mais e melhores serviços. Reduz-se o espaço para a arrecadação de impostos, tornam-se maiores os riscos de elisão e inadimplência e elevam-se os custos de coleta e fiscalização, por consequência.

A renda do petróleo continuará a representar uma fonte potencial de crescimento das receitas correntes, caso se concretize o planejamento de aumento da produção e a tendência de depreciação cambial. Por outro lado, há uma extensa agenda no campo fiscal, federativo e institucional que deverá ser enfrentada no futuro próximo, para conceder segurança jurídica e destravar investimentos privados. O real esgotamento dos incentivos fiscais do ICMS e do modelo tributário no Brasil impõe **riscos** concretos para as finanças do Estado do Espírito Santo – não obstante haja oportunidades em todo processo de reformas. De toda sorte, os riscos são reais e graves. Depois da derrota com a extinção do Fundap e da perda dos royalties, na última hora contida por uma precária liminar obtida pelo Estado do Rio de Janeiro, novas e velhas **ameaças** devem muito em breve voltar à pauta nacional:

1. Súmula 69 do STF, ou a premente **declaração de inconstitucionalidade dos incentivos estaduais** do ICMS, o que impõem a necessidade de convalidar os incentivos já concedidos, sob pena de desorganizar todo o sistema produtivo no Brasil.
2. **Reforma tributária** - cada vez mais necessária para simplificar o sistema tributário brasileiro, torná-lo mais justo para a sociedade e mais funcional para quem paga impostos.
3. Repartição federativa de recursos, que passa pela discussão do subfinanciamento do SUS, da educação infantil e da atual política de Assistência Social, com reflexos no financiamento dos municípios; mas também rediscussão das regras de rateio do FPE, postergadas para o ano de 2017, e da tributação do comércio eletrônico.



4. Esgotamento do modelo de **substituição tributária** e limitações legais à sua instituição.

5. Novo marco regulatório da exploração mineral.

Há sinais alarmantes no horizonte próximo. Segundo estudo recentemente divulgado pelo **Banco Mundial, o Espírito Santo é a unidade federativa que mais perderá receitas – 32 por cento da Receita Real Líquida** – caso ocorra o conjunto de mudanças previsto para as receitas estaduais, envolvendo o ICMS, *royalties*, e FPE, principalmente.

Além disso, não devemos esquecer que o principal passivo contingente estadual ainda não foi equacionado. Trata-se dos **precatórios** da trimestralidade, cujo valor de face supera R\$ 6 bilhões, em fase final de julgamento no STF. Havendo uma decisão definitiva da Justiça, os precatórios deverão ser incorporados à dívida consolidada estadual.

Isso representará um agravante para as finanças do Estado, dado que o atual governo multiplicou por três o valor da dívida pública que recebeu em 2010. Se, desde 2003, o governo realizou um enorme esforço para reduzir o tamanho da sua dívida e gerar poupança própria para fazer frente aos investimentos necessários à sociedade, esse esforço foi abandonado nos últimos três anos, o que afeta a busca por autonomia e independência de uma unidade federativa pequena, frente o governo federal.

A atual gestão contratou um expressivo volume de operações de crédito, autorizadas pelo Tesouro Nacional através do maior programa de endividamento estadual desde a estabilização monetária. Para o Estado do Espírito Santo, foram autorizadas operações no valor de R\$ 6,6 bilhões, conforme os “Programas de Ajuste Fiscal – PAF” de 2011-2013 e de 2012-2014.

Operações de crédito já contratadas com bancos oficiais e organismos multilaterais contabilizaram R\$ 1,8 bilhão entre 2012 e 2013 e seguirão entrando nas receitas de capital do Estado até 2020, conforme cronograma de entrada informado pelo Tesouro Estadual.

O problema, contudo, não reside no endividamento em si, embora esse tenha sido muito acentuado. O problema é que, ao invés de elevar o valor dos investimentos já realizados por meio da entrada de novos financiamentos, o governo substituiu fontes e destinou os recursos próprios, antes livres para investir, para despesas permanentes. Ou seja, passado o período de entrada desses recursos de terceiros, o Estado não terá mais recursos próprios para investir. Isso, além de uma perigosa perda de autonomia num período de severas disputas federativas,





representa uma grande instabilidade para as finanças estaduais e para os cidadãos capixabas que dependem dos investimentos públicos para melhorar sua condição de viver, investir e trabalhar por um futuro mais digno.

O Espírito Santo aumentou de forma significativa as despesas continuadas, que cresceram acima da expansão das receitas a partir de 2012. Esse aumento rápido das despesas permanentes, contudo, não foi acompanhado por melhores serviços públicos. Os institutos de pesquisa de opinião, por sinal, detectam a insatisfação popular generalizada com a qualidade dos serviços públicos prestados.

De fato, a atual gestão encerrará seu período administrativo com um déficit acumulado de R\$ 2 bilhões. Isso significa que, diferentemente dos dois períodos do governo passado em que o Estado foi preparado para o futuro, inclusive no campo das finanças públicas, o atual governo comprometeu recursos destinados à construção desse futuro.

O legado da atual gestão terá sido, de modo deliberado e acordado com o governo federal, a multiplicação por três da dívida estadual e o fim da sua capacidade de investir com recursos próprios, comprometidos, em quase sua totalidade, com despesas correntes e encargos da dívida. No entanto, o excesso de foco no presente e uma falsa presunção de que um governo pode resolver em um só período todos os problemas da sociedade não permitem a exposição e o conhecimento de toda a perda de responsabilidade com o futuro.

A qualidade dos investimentos a serem realizados é muito importante. Investimentos estruturantes são capazes de permitir ganhos de produtividade para as empresas e redução de custos ou melhoria de condições de vida e de trabalho para a população. Dessa forma, impactam positivamente a economia e geram um potencial futuro de aumento da base de arrecadação de impostos. Nesse caso, vale um exemplo: o Fundap foi reduzido, retirando milhares de empregos do Espírito Santo e mais de R\$ 500 milhões de reais de receitas dos municípios. O governo estadual recebeu do governo federal uma compensação sob a forma de financiamento de R\$ 3 bilhões, contratada junto ao BNDES. Dado o problema, a construção de uma carteira de investimentos estruturantes com esse recurso será fundamental para compensar a atividade econômica do Estado com novas oportunidades de geração de emprego e renda e permitir que esse recurso possa ser pago no futuro com o retorno da própria aplicação.



Há ainda o problema da aplicação dos *royalties* e participações especiais. Ou seja, das rendas governamentais que vêm da exploração – finita – do petróleo e gás. Desde 2012, grande parte da receita estadual de *royalties* e PEs, que se aproxima de R\$ 1,5 bilhão por ano, escoou para as despesas de custeio. Isso vem consumindo recursos públicos valiosos e finitos, não renováveis, de modo preocupante.

Fonte: Sefaz-ES

Principais objetivos da gestão fiscal. Eis a nossa proposta:

- Recuperação da capacidade estadual de investir com recursos próprios por meio da racionalização do uso dos recursos públicos e monitoramento permanente das despesas correntes;
- Seleção de uma carteira de investimentos estruturantes, estratégicos, capazes de impactar a atividade econômica do Estado e suas receitas futuras;
- Estabelecimento de novas práticas – transparentes e mais avançadas – para atração de negócios e de novos empreendimentos produtivos e que gradualmente substituam os incentivos fiscais, que se encontram sob contestação;
- Modernização persistente do fisco, promoção da transparência e de uma área de inteligência estratégica, capaz de reduzir o custo de cumprimento das obrigações fiscais para os contribuintes;
- Construção de uma interlocução de alto nível com o Congresso e o Governo Federal, nas discussões sobre reforma tributária, baseada em estudos técnicos e simulações e de construção de alternativas;
- Estabelecimento de instituições capazes de manter uma relação supragovernamental, com os parâmetros intergeracionais de responsabilidade fiscal e de correta aplicação dos recursos de royalties.



3. GESTÃO TRANSPARENTE E EFICIENTE DOS RECURSOS PÚBLICOS

Inicialmente, propõe-se a **criação de um Conselho Fiscal** nos moldes do indicado na Lei de Responsabilidade Fiscal, com a integração do fisco com a execução orçamentária, e com a separação das receitas de royalties e participações especiais dos resultados fiscais ordinários do Estado do Espírito Santo. Precisamos investir com qualidade os recursos finitos, não renováveis, sob ameaça dos Estados não-produtores, para garantir um futuro coletivo melhor para as famílias capixabas. E o conhecimento e a transparência são fatores fundamentais de sucesso na aplicação desses recursos.

A **constituição de um fundo de poupança intergeracional** é uma saída recomendável para melhorar a destinação dos recursos de royalties e participações especiais, que cresceram de modo extraordinário nos últimos três anos, com a expansão da produção de petróleo e gás natural. A receita com rendas governamentais do petróleo do ano de 2013 equivale à soma de todas as receitas recebidas nos dois períodos de governo Paulo Hartung. Mas a constituição desse





fundo não faz sentido sem uma boa governança – compartilhar com a sociedade a discussão sobre a destinação dos recursos ao longo do tempo e adotar uma gestão financeira segundo requisitos de retorno privado – e sem um ajuste fiscal que permita ao Estado deixar de usar esse nobre recurso em despesas de custeio administrativo.

A sociedade precisa participar e discutir as finanças estaduais. Os recursos públicos pertencem aos cidadãos e não aos governos que, temporariamente, recebem uma delegação para sua gestão. Esse debate precisa ser elevado ao nível social e sair de dentro dos gabinetes. Há uma vasta literatura que defende que a legitimidade do governo na aplicação dos recursos públicos e a transparência da gestão fiscal são elementos que levam a um maior cumprimento das obrigações fiscais e um menor custo de coleta e fiscalização para os fiscos.

Recuperar a capacidade de poupança com recursos próprios. O Estado precisa também retomar sua capacidade de planejamento e gestão de qualidade, em linha com as expectativas sociais na atual conjuntura, precisa estar assentada na meritocracia e na profissionalização do serviço público e um planejamento de fato pressupõe menor espaço para o imprevisto, a antecipação de crises e de problemas, e a imunização contra as pressões corporativas.

O Estado é um ente fundamental na promoção do desenvolvimento econômico e social. No entanto, o caminho da descentralização de ações públicas é uma tendência consolidada. O governo deve ser mais promotor e indutor das ações da iniciativa privada e dos municípios do que propriamente um executor.

Também é fato a crise de legitimidade que o Estado enfrenta hoje e, como enfrentá-la é um desafio que passa pela recuperação da credibilidade das instituições de governo, o que somente será alcançado pela melhoria do uso dos recursos públicos e da qualidade na prestação de serviços à população. Fortalecer os órgãos de controle e os mecanismos de avaliação de impacto das políticas públicas e dos seus resultados concretos são imperativos na nossa agenda de governo.

A construção de uma administração profissionalizada, democrática, competente e comprometida com o interesse público é um grande desafio para a sociedade capixaba. É preciso ser capaz de motivar e agregar os servidores públicos em prol do bem comum. Precisamos constituir uma equipe qualificada, escolhida por mérito, em função de suas qualidades técnicas e de gestão, o que é vital para aumentar a capacidade do Estado em realizar entregas e produzir resultados em benefício da sociedade.



A cultura da meritocracia deve ser novamente incentivada, premiando e promovendo os que apresentam uma contribuição superior e se mostram capazes de liderar equipes e organizações.

É preciso retomar a crença de que gestão se faz com pessoas e com mérito, e não com correligionários. É preciso envolver a todos para que o planejamento se torne realidade e para que o Espírito Santo retome sua trajetória de desenvolvimento com prosperidade compartilhada entre todos os capixabas.

A consequência da perda de legitimidade é que a sociedade passa a não ver o Estado como um instrumento para melhorar as suas condições de vida, e sim como um instrumento à disposição de interesses particulares ou dos grupos políticos. A população deve enxergar no Estado um instrumento para a solução de seus problemas do dia a dia, capaz de promover a igualdade de oportunidades. Em última instância, a legitimidade do Estado e de suas instituições é fator fundamental da convivência democrática pacífica e da coesão social.

Os conceitos que fundamentam o novo modelo de gestão do setor público, orientado para o fortalecimento da sua legitimidade, assentam-se no compromisso para a modernização da gestão pública:

- 1) profissionalização do serviço público, baseada no mérito para acessar cargos públicos e para evolução na carreira;
- 2) gestão por resultados, para aumentar o comprometimento do setor público com o retorno oferecido para a sociedade;
- 3) parcerias com o terceiro setor, visto que o Estado não resolve sozinho todos os problemas da sociedade;
- 4) ampliação do controle social através de uma maior transparência da gestão pública;
- 5) parcerias de descentralização de funções com os municípios, aproximando-os da solução do problema;
- 6) ampliação e incentivo à participação da população;
- 7) ampliação do governo eletrônico, entendido como plataforma de relacionamento prioritária com os cidadãos, permitindo a prestação de serviços, diálogos e participação on-line, atendendo demandas, compartilhando saberes e contribuições de cidadãos, movimentos sociais e instituições diversas.



4. EDUCAÇÃO, INOVAÇÃO E CULTURA

Levantamentos internacionais apontam que cada ano de escolaridade adiciona 10% de renda para os indivíduos. No Brasil, estima-se que esse “retorno educacional” possa chegar aos 15% por ano de escolaridade adicionada. No Espírito Santo esse retorno chega a 20% a.a. nos níveis educacionais mais avançados. Portanto, não deveria haver mais dúvidas de que a educação deva ser priorizada pelos governos, por meio da aplicação de recursos financeiros e da adoção de uma gestão meritocrática.

Mas, é claro, não se pode pensar apenas na quantidade de anos de estudo, é preciso pensar também na **qualidade** do ensino como forma de garantir o verdadeiro aprendizado. Se o amplo acesso educacional foi fator fundamental para redução das desigualdades, a melhoria da qualidade do ensino e a redução das diferenças entre os sistemas público e privado poderão sustentar e acelerar o crescimento de longo prazo.

Segundo Theodore Schultz (1987), Prêmio Nobel de Economia, “recursos naturais, capital físico e mão de obra bruta não são suficientes para o desenvolvimento





de uma economia altamente produtiva”. A dinâmica do desenvolvimento é dependente da evolução das aptidões humanas (conhecimento e instituições); sem elas, as perspectivas econômicas são desalentadoras.

Vivemos em um mundo de profundas e aceleradas transformações sociais e tecnológicas. A sociedade do conhecimento é uma realidade cultural cada vez mais integrada e globalizada. Neste ambiente complexo, de multiplicação de riscos, incertezas e também oportunidades, a educação e a difusão dos conhecimentos devem ser uma prioridade absoluta para os governos e as sociedades. A educação e a apropriação continuada do conhecimento devem se transformar em uma obsessão das sociedades, dos governos e de cada cidadão.

Jean-Pierre Paulet (2009), professor da Universidade de Nice (França), destaca na globalização a relevância da “economia do imaterial” (conhecimento). Aproximadamente 20% dos ativos norte-americanos são dessa natureza, ou seja, estão diretamente vinculados ao uso da inteligência e da criatividade humana. De acordo com Paulet, “o profissional ativo cujas competências são limitadas está ameaçado de ver seu trabalho realizado no exterior por assalariados mais mal remunerados”. Também a mecanização/automatização das tarefas repetitivas, perigosas, insalubres ou degradantes, constituem uma ameaça a mais para o trabalhador com baixa qualificação, embora não deixe de ser um progresso para o ser humano. As políticas públicas de educação e capacitação técnica de trabalhadores são muito relevantes para a competitividade das nações e para as possibilidades de melhoria na renda das pessoas.

Os sistemas de educação e criação de novas tecnologias abrangem os vários níveis de ensino e pesquisa: educação básica, que compreende a educação infantil (0 a 5 anos), ensino fundamental (6 a 14 anos), ensino médio e profissionalizante (15 a 17 anos); e o ensino superior, que compreende a graduação e a pós-graduação e o desenvolvimento de pesquisas científicas. Os esforços do Estado e da sociedade devem se desenvolver em todos os níveis, pois o processo educacional, cultural e de desenvolvimento é contínuo e abrangente.

Contudo, entendemos que nas próximas décadas a prioridade brasileira deve ser a educação básica, de modo a proporcionar pleno conhecimento a todos os cidadãos da língua portuguesa, uma língua estrangeira, matemática, ciências da natureza e história da sociedade. Isso porque, a educação básica prepara o indivíduo para todos os ciclos posteriores da vida. Falhas de formação nesse período são mais difíceis e custosas de serem revertidas, além de reduzirem o pleno potencial da educação superior e do desenvolvimento tecnológico.



Principais propostas de ações para a educação básica no Espírito Santo:

- Ampliar gradativamente e de forma sustentada os investimentos em educação;
- Melhorar progressivamente a remuneração do magistério;
- Implantar modelo de gestão baseado em competências e voltado para a melhoria dos resultados de aprendizagem, tanto nos sistemas públicos de ensino, quanto nas unidades escolares;
- Desenvolver ações junto às instituições superiores para reestruturação da formação inicial de professores. Capacitá-los para educar crianças e jovens da sociedade em transformação, baseada nas tecnologias de informação e comunicação;
- Retomar o programa Ler, Escrever e Contar, uma política pública voltada para a plena alfabetização (língua portuguesa, língua estrangeira, matemática e princípios científicos) de todas as crianças na faixa etária de 5 a 8 anos;
- Implantar progressivamente a educação em tempo integral, com o desenvolvimento de atividades culturais, esportivas e de relacionamento social de forma associada ao projeto pedagógico das escolas;
- Dotar as unidades escolares de instalações físicas e materiais pedagógicos adequados à aprendizagem de excelência;
- Estruturar política de cooperação com os municípios de apoio financeiro e pedagógico visando à ampliação do atendimento na educação infantil e na primeira infância e a melhoria da aprendizagem na fase de alfabetização;
- Implementar novas estratégias que visem ao maior envolvimento das famílias com a educação dos filhos e com o trabalho educativo das escolas.

Principais propostas de ações para o ensino superior e a pesquisa científica:

- Ampliar as ações de cooperação com as instituições privadas de ensino visando à ampliação da oferta de vagas públicas de ensino técnico/profissionalizante e superior;
- Estabelecer cooperação com as instituições públicas de pesquisa (Ufes e Ifes) e com instituições privadas de apoio ao desenvolvimento de pesquisas científicas e de tecnologias aplicadas ao sistema produtivo;



- Articular o Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação com ampla participação das instituições públicas e privadas e com modelo de governança eficaz voltado para resultados.

Cultura

A cultura é produto e meio da vida em suas dimensões social, política, econômica, religiosa, intelectual e artística. Cultura é vida que se experimenta e se expressa nas mais diversas formas de arte, nas práticas e valores do cotidiano, nas casas, nos museus, nos teatros, nas ruas, nas praças, nas periferias, nos campos, nas cidades.

A cultura é um campo múltiplo e várias, referenciado à história das relações socioeconômicas e políticas, mas também ao mundo simbólico e à expressão da intelectualidade e das artes. É ainda resultado das relações que os homens estabelecem com a natureza. De forma que todos somos seres culturais.

A cultura é um meio de produção e expressão da vida. Somos herdeiros de um processo acumulativo de conhecimentos, experiências, valores e ordens simbólicas, adquiridos pelas inúmeras gerações passadas. Seremos parte deste processo para as gerações futuras. Por ser o caldeirão que nos forja e por ser uma produção histórica, não-natural, a cultura e seu exercício demandam olhares especiais, estratégicos.

As formas artísticas e suas expressões devem levar ao prazer estético, mas também à crítica e a autoconsciência histórica de nossa caminhada. De forma alguma, se deve buscar a simples fruição pelo consumo, não obstante o fato de que a cultura como nicho de mercado seja uma forma de geração de ocupação e renda e afirmação planetária na era da globalização.

A cultura popular, ou as manifestações folclóricas, importantes no papel de autorreconhecimento e pertencimento do indivíduo a uma comunidade, não deve se opor à cultura pop, produzida em escala comercial, que, em maior ou menor grau, deve manter vínculos com as expressões de raiz. Por sua vez, estas duas não devem se rivalizar com a dita cultura erudita, formada pelos cânones consagrados mundialmente e seu seguidores. Todas são expressões legítimas quando se entende cultura como algo intrínseco a todas as dimensões da vida humana.

A atribuição desse verdadeiro mix cultural é promover a inquietação, o autoconhecimento, a integração e o fortalecimento da nossa identidade. Na diversidade que marca a formação de nosso povo, deve somar para o reconhecimento dos pontos de contatos, para o tráfego pelas pontes erguidas pela convivência e vizinhança





constituídas nesta terra que foi e é verdadeiro “porto de pátrias”, na feliz metáfora de Carlos Papel.

Mais que isso: a cultura deve permitir o refletir e o pensar sobre para onde seguimos no movimento irrefreável da nossa conformação identitária. Afinal, como nos afirma Stuart Hall, a “identidade é uma celebração móvel, formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados e interpe- lados nos sistemas culturais que nos rodeiam”.

Reafirmando que, constituída historicamente, a cultura é um movimento social, político, econômico, intelectual e artístico, salienta-se que a ação governamental deve se guiar pelos valores da liberdade, da igualdade, da fraternidade, do respei- to à diversidade. Enfim, deve buscar a emancipação de todos.

O papel estatal ou governamental de fomentador e promotor de expressões cul- turais deve ir ao encontro de uma política pública de inclusão social, de criação de oportunidades de expressão e autoafirmação de todos os capixabas.

Principais propostas e ações para a cultura:

- Valorizar, prestigiar e estimular as manifestações folclóricas e culturais no Espírito Santo;
- Articular ações de turismo com o calendário de festas capixabas, promovendo -as em parceria com os municípios;
- Abrir canais institucionais de diálogo, estimular e buscar compreender as novas manifestações culturais na sociedade capixaba;
- Desenvolver um programa de estímulo à economia criativa que incentive a rea- lização de estudos e pesquisas e a organização de diversas cadeias produtivas e arranjos locais vinculados à atividade cultural, contribuindo para o desenvolvimen- to sustentável de diversas regiões capixabas;
- Fortalecer as atividades econômicas baseadas no conhecimento e conectadas ao talento criativo. A gestão pública deve disponibilizar técnicas e tecnologias, agregando valor ao capital intelectual e cultural como instrumento impulsionador do desenvolvimento socioeconômico;



- Criar um programa voltado para os jovens com desenvolvimento de ações de conexões virtuais e presenciais orientados pela lógica colaborativa, comprometido com o respeito às diversidades, reconhecendo e buscando soluções locais para as questões culturais e estimulando a expressão por meio das diversas linguagens artísticas e das novas mídias;
- Preservar o patrimônio arquitetônico, urbanístico, paisagístico e imaterial dos conjuntos urbanos históricos, bem como a valorização de seus aspectos sociais, econômicos e turísticos.
- Concluir as obras do Cais das Artes e implementar sua gestão através de uma Organização Social.





5. DIREITOS HUMANOS E ASSISTÊNCIA SOCIAL

A discussão acerca dos direitos humanos e cidadãos, assim como das formas de promovê-los e garanti-los, tem sua marca inaugural com a Revolução Francesa. Os regimes totalitários e a “banalização do mal” que marcaram os meados do século XX pautaram um novo movimento planetário para discutir a agenda iluminista do século XVIII e atualizá-la.

Especificamente no caso brasileiro, a violências da ditadura militar e do empobrecimento de estratos gigantescos de da população pautaram nas últimas décadas uma intensa discussão sobre a assistência social e a defesa dos direitos humanos, com vistas a constituir uma sociedade mais justa e igualitária.

No entanto, ainda temos uma agenda desafiante e extensa para garantir a inclusão socioeconômica e político-cultural de imensas parcelas da população, além de questões emergenciais a serem enfrentadas quanto aos direitos e ao amparo a minorias e marginalizados do universo da cidadania e da fruição dos bens e serviços alcançados pelo desenvolvimento.





Estudiosos respeitáveis consideram os direitos humanos como universais, naturais e históricos. Conectam-se à condição humana e devem pautar a agenda política das sociedades, que definem os direitos e deveres da cidadania. Conciliar direitos humanos e cidadania pode, em alguns casos, ser desafiante, tendo em vista que o primeiro fala da condição humana e o segundo da condição jurídico-política dos indivíduos. No entanto, essa é uma tarefa inescapável à agenda civilizatória.

Ao longo dos séculos de debate do tema, configuraram-se agendas sob a marca geral dos direitos humanos e cidadãos fundados na “igualdade, liberdade e fraternidade”; nos direitos sociais, como os acessos a educação, saúde, moradia, trabalho, etc.; e mais atualmente na dimensão da garantia da sustentabilidade e da solidariedade planetária.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, instituída pela ONU em 1948, preconiza no seu primeiro artigo que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos”. Ou seja, eis o parâmetro fundamental a guiar os direitos da existência humana e da vida cidadã.

Ocorre que, conforme apontado, essa agenda se mantém extensa e desafiante, diante de uma realidade de egoísmos, fundamentalismo, individualismo desenfreado, diversificadas formas de violência material e simbólica, desigualdades, exclusões, preconceitos, crescimento predatório, entre outras mazelas de uma civilização reticente e carente de muitos avanços.

Liberdade, igualdade, respeito à diversidade, fraternidade, democracia, condições dignas de vida, oportunidades de emancipação pessoal e coletiva, justiça social, entre tantas outras demandas, pautam o trabalho da assistência social e da promoção dos direitos humanos e da cidadania.

Embora o Espírito Santo tenha tido, na última década e meia, um significativo progresso na inclusão social e produtiva de sua população, o combate às causas do empobrecimento e a promoção da inclusão social produtiva e cidadã dos capixabas que vivem em condições precárias e inaceitáveis à existência digna são agendas prioritárias.

A política social abrange elementos voltados ao alívio da pobreza e outros voltados à transformação da capacidade produtiva das pessoas. Avançar na formulação de políticas sociais consiste em integrar esses componentes. O atendimento integrado e customizado significa entregar às famílias serviços complementares, cujo impacto conjunto é significativo.

Garantir o atendimento integrado a uma pessoa implica oferecer a ela programas complementares, já que o impacto de um determinado programa social tende



a ser maior na presença de outros programas. O princípio da integração nos conduz ao da integralidade (que significa atender a todos os membros de uma mesma família). A rede integrada de serviços deve ser estruturada sob o princípio da equidade, de modo a possibilitar a equalização de oportunidades e resultados. Visualizar as sinergias a serem exploradas é o primeiro passo para a consolidação da integração destas políticas.

Nesse caminho, os municípios têm papel fundamental como parceiros de política públicas. Além de parceiros e colaboradores são responsáveis pela gestão das políticas de assistência social, saúde e os primeiros níveis de educação. O resultado da gestão de tais políticas retorna às famílias na forma de benefícios e serviços sociais. É importante destacar que o município é o território mais próximo da principal unidade de análise e intervenção do programa estadual – a família. Nesse sentido, os equipamentos e agentes dos municípios, principalmente nas áreas de assistência social e saúde, compõem uma rede. O Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, é o espaço de referência da proteção social básica e principal entrada dos usuários à rede socioassistencial.

Assim, o CRAS é a principal referência no território onde está referenciada a família. As equipes do CRAS têm a responsabilidade de realizar um diagnóstico da realidade local, funcionando como instrumento integrador das políticas no ambiente.

O CRAS e outros equipamentos como o Centro de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS) concretizam a presença e responsabilidade do poder público diante da perspectiva dos direitos sociais. Ambos são parte da Política Nacional de Assistência Social, ancorada nos pressupostos do Sistema Único da Assistência Social – SUAS que regula e organiza no território nacional, os serviços, programas e benefícios socioassistenciais.

As estratégias de intervenção para proporcionar apoio às famílias estão balizadas na perspectiva de levar aos mais pobres, prioritariamente, informação sobre a oferta de serviços, bem como a qualidade e a utilidade dos mesmos. A expansão e a melhoria dos serviços públicos, juntamente com os investimentos em capital social e humano, podem não atingir esta população por motivos diversos, entre os quais estão a falta de informação, de dinheiro para transporte entre outros gastos e incentivos.

Formalmente, a política social garante à população o acesso subsidiado a bens e serviços, independente do tipo de política implementada. Entretanto, cabe o questionamento acerca da garantia por parte do Estado de condições materiais mínimas para que os mais pobres possam aproveitar as oportunidades disponíveis. Uma determinada família pode estar vulnerável em função da dificuldade



que seus membros enfrentam para encontrar trabalho, ou devido a problemas de saúde que os impedem de trabalhar, enfim para cada tipo de vulnerabilidade específico o Estado precisa levar uma proposição adequada. Eis a importância de uma ação integrada e interssetorial que envolva as diferentes áreas (saúde, educação, segurança, assistência social, etc.).

O monitoramento e a avaliação da rede de proteção social baseado na promoção das famílias também constituem uma forma estruturada de aferir os impactos de sua implantação sobre os grupos beneficiários. Torna-se imperativa, a construção e o fortalecimento de um processo contínuo de monitoramento e avaliação de programas sociais dado que as condições socioeconômicas mudam e ajustes são necessários para que os programas garantam uma crescente efetividade.

Principais ações a serem implementadas:

- Ampliar e reforçar as ações de atendimento e apoio das populações em situação de fragilidade social ancoradas nos CRAS e CREAS;
- Expandir e melhor estruturar de forma articulada com a população as ações preventivas e emergenciais de Defesa Civil;
- Implementar de forma articulada com os órgãos federais e com os municípios ações eficazes de combate ao tráfico e consumo de drogas;
- Implantar de forma ampla e capilarizada a política de direitos humanos/civis e de defesa da paz, com atenção especial à questão das minorias e dos estratos marginalizados da sociedade;
- Criar uma coordenação especializada para articular as ações e políticas públicas de prevenção e combate à violência contra as mulheres e os jovens.



6. SAÚDE

O Brasil adotou um modelo de saúde pública baseado na universalização dos serviços. O SUS foi a política edificada para promover essa universalização, mas, apesar de merecer o reconhecimento quanto ao seu mérito, ainda é uma obra inacabada. Ou seja, dentro do modelo adotado no Brasil, a implantação do SUS precisa avançar para assegurar à população seus direitos plenos.

Há diversos desafios a enfrentar, mas o mais preocupante diz respeito a uma tendência estrutural da sociedade. A população brasileira está envelhecendo em um ritmo cinco vezes mais acelerado do que envelheceu a Europa ao longo do século passado. Ou seja, o envelhecimento gradual permitiu que o continente europeu se preparasse para conviver com uma elevada razão de dependência (número elevado de pessoas inativas relativamente ao número de pessoas ativas).

O rápido envelhecimento no Brasil enseja maior demanda dos governos na disponibilização de recursos e no aumento da eficiência da gestão dos sistemas de saúde. Uma população com idade média avançada pressupõe maior incidência de doenças crônicas e maior custo sanitário.

O progresso tecnológico tem contribuído sobremaneira para vencer a capacidade de lidar com a doença e também de ampliar o acesso à saúde. Prova disso é o





importante e persistente crescimento da expectativa de vida do brasileiro, resultado da disseminação de técnicas de controle da natalidade como também das novas práticas terapêuticas.

Contudo, ainda são muitas as restrições brasileiras para que seus cidadãos se encontrem com o acesso universal a um sistema de saúde confiável e de qualidade. São muitas as ineficiências na gestão, a regulação ainda é incipiente e a governança pouco estruturada. Há uma acumulação epidemiológica entre doenças crônicas e por causas externas, simultaneamente à persistente demanda assistencial no trato das doenças transmissíveis.

Colhemos ainda o resultado de uma urbanização acelerada, sem planejamento e sem a necessária expansão do saneamento básico. E estamos diante da ameaça de uma nova reforma fiscal, tributária e federativa, que traz a possível rediscussão de responsabilidades de estados e municípios na gestão do sistema e, por consequência, na transferência de recursos.

Portanto, falar em uma agenda para melhoria da saúde no Brasil passa pela solução de problemas de financiamento, geração e disseminação de tecnologia terapêutica, normatização de processos e condutas, controle da efetividade e dos resultados, melhoria da regulação e da governança dos sistemas e, sobretudo, da capacidade de articular uma visão amplificada para fazer a interlocução federativa e com o setor privado.

A questão do financiamento, em particular, afeta de modo importante as finanças estaduais. O Estado já investe 18% de recursos próprios em saúde, e carrega o peso de custear mais de dois terços do sistema, ante uma contribuição de menos de um terço do governo federal. Isso impõe a necessidade de captar mais recursos federais para custeio, especialmente se tomarmos em consideração que há um déficit estimado (2014) de R\$ 114 milhões de recursos federais não repassados para serviços do SUS em funcionamento. Mas também impõe a necessidade de se aumentar eficiência dos gastos, por meio do desenvolvimento de equipe de economia em saúde e de sistema de gestão de custos em cada unidade.

Principais desafios para avançarmos no financiamento e na regulação da saúde:

- Contratualização plena da rede própria e conveniada;
- Tabela complementar unificada para contratualização com rede conveniada, ou seja, parametrizar a complementação de recursos estaduais nos contratos;



- Vincular a expansão da rede de serviços com lógica da descentralização econômica e social, numa visão da saúde como vetor de desenvolvimento regional;
- Fortalecimento das Superintendências Regionais de Saúde;
- Informatização plena;
- Desenvolver área de economia da saúde;
- Compartilhamento da gestão com municípios-polo – apoiar e fortalecer a capacidade de gestão desses municípios;
- Instituir novos mecanismos de governança: fóruns com participação de gestores, prestadores e sociedade na forma de Conselhos Gestores Regionais;
- Implantar o Sistema Estadual de Transporte Sanitário Eletivo (transporte regulado de pacientes para consultas e exames);

Na área de atenção à saúde, que envolve a infraestrutura, assistência ambulatorial, apoio diagnóstico e terapêutico, hospitais, urgência e emergência, os desafios não são menores.

Infraestrutura de saúde

- Recuperar rede básica e construir novas Unidades de Saúde da Família, Centros de Atendimento Psicossocial – CAPS e Centros de Especialidades Odontológicas;
- Apoiar reestruturação física da rede filantrópica e em alguns casos co-financiar novos prédios;
- Reconstruir a rede hospitalar própria;
- Construir um novo hospital em Cariacica e o Novo Hospital Infantil de Vitória;
- Apoiar a conclusão da Maternidade Municipal de Serra;
- Viabilizar hospitais regionais resolutivos no Caparaó, Noroeste e Litoral Sul;
- Concluir adequação física das maternidades da Rede Materno Infantil;
- Concluir adequação física dos hospitais da Rede de Urgência e Emergência – Venda Nova do Imigrante, Nova Venécia, Santa Teresa, Guaçuí e em outros polos regionais;
- Destinar recursos para readequação física de hospitais de pequeno porte (até

50 leitos) que aderirem à política estadual com foco nos cuidados crônicos, pacientes fora de possibilidade terapêutica e tratamento de dependência química, álcool e outras drogas;

- Implementar os Centros de Especialidades construídos em Nova Venécia, Linhares, Santa Tereza, Domingos Martins / Pedra Azul e Guaçuí.

Apoio diagnóstico e terapêutico

- Intensificar o uso de equipamentos da rede própria e conveniada para análises clínicas, patologia clínica e imagem, aumentando a eficiência de utilização dos mesmos;
- Abordagem específica de saúde para indígenas, pomeranos e quilombolas, respeitando aspectos culturais e as patologias específicas;
- Implantar protocolo assistencial já pactuado para falcêmicos desde a detecção precoce: cadastro, teste do pezinho, hospitais de referência e serviços de urgência de referência;
- Ostromizados: garantir o suprimento das bolsas de colostomia necessária à qualidade de vida;

Hospitais

- Implementação da Rede de Atenção Materno-Infantil com implantação da Política do Parto Humanizado;
- Melhorar a qualidade no atendimento hospitalar, por meio de uma gestão mais eficiente;
- Redução do tempo médio de permanência dos pacientes em internação;
- Implantar plano de avaliação e incentivo ao desempenho;
- Qualificação de recursos humanos;
- Implantação da Política de Internação e Atenção Domiciliar para pacientes que precisam de cuidados pós-hospitalares;
- Contratualização de metas com hospitais próprios, com incentivos de desempenho;
- Intensificar a realização de cirurgias ambulatoriais e procedimentos em regime de hospital-dia, dispensando as internações sempre que possível.



Urgência e Emergência

- Ampliação da cobertura do Samu 192 para todo o território do Espírito Santo;
- Construção de novos pronto-atendimentos municipais;
- Implantação do acolhimento com classificação de risco em todas as unidades estaduais e municipais;
- Estruturação e aprimoramento do Complexo Regulador;
- Implantação da política intersetorial articulada e integrada de caráter permanente.





7. ESPORTE E LAZER

A vida das pessoas nos tempos atuais é cada vez mais marcada pelo stress e pelo sedentarismo. As doenças crônicas, físicas e mentais, são presentes em percentual crescente da população.

Simultaneamente, cresce cada vez mais a busca por uma qualidade de vida plena, que contemple o lazer, o esporte e a atividade física como partes integrantes da existência e não apenas detalhes eventuais.

A prática de atividades esportivas é de grande relevância para todas as faixas etárias. Já está comprovado que esporte e lazer são atividades importantes para prolongar uma vida saudável e produtiva, além de afastar jovens das drogas e da criminalidade.

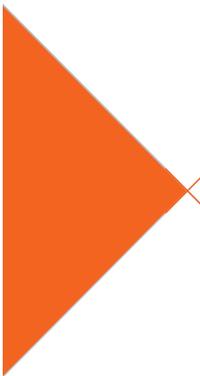
Nessas condições, o esporte e o lazer assumem um papel de grande relevância na vida dos cidadãos e demandam do poder público a implantação de infraestrutura adequada e de ações efetivas de estímulo à prática de esportes nas suas diversas modalidades e atividades de lazer e entretenimento.





Principais ações a serem implementadas:

- Estimular os sistemas de ensino público estadual e municipais a dinamizar as práticas esportivas no ambiente escolar e a organizar jogos estudantis municipais e estaduais;
- Fazer campanhas publicitárias com foco na conscientização da população para a importância das atividades esportivas e de lazer na sua saúde física e mental;
- Investir na construção e manutenção de espaços públicos adequados às práticas esportivas e ao lazer;
- Concluir as obras do Estádio Kleber Andrade e fazer concessão à iniciativa privada para sua administração;
- Apoiar os clubes e organizações que desenvolvem atividades esportivas de alta performance;
- Transformar o esporte e o lazer em pilares fundamentais das ações de combate às drogas e a violência através de programas sociais estruturados e integrados com outras ações governamentais.





8. SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

A resistente presença de violência e conflitos no ambiente das relações humanas mostra toda a complexidade da vida em coletividade. Combater as diversas formas de violência e promover uma cultura de paz e fraternidade têm se mantido como desafios à caminhada humana.

Determinados quadrantes históricos, por suas peculiaridades, apresentam tempos de inaceitável insegurança e brutalidades. Por questões que abarcam desde aspectos comportamentais até consequências de regimes sociopolíticos e econômicos excludentes e deficitários do ponto de vista dos direitos humanos e da cidadania, passando pelo esgarçamento de valores civilizatórios fundamentais, a defesa social e a segurança pública se tornam um tanto mais complexas.

Ademais, para além da pauta da construção da inclusão e da justiça social e do aperfeiçoamento do aparelho estatal de prevenção e repressão à criminalidade e violência, é urgente que se enfrentem esses problemas com uma visão renovada pela contemporaneidade e suas marcas.





Assim, o enfrentamento e a prevenção da violência, na atual condição de nossa sociedade, exigem uma ação coordenada entre os diversos órgãos do Estado e a sociedade civil. No âmbito das políticas e ações públicas, o caráter multissetorial e integrado das iniciativas é impositivo.

Especificamente sobre as ações de segurança pública e defesa social no Estado, as palavras-chave para melhoria das instituições da segurança pública são **integração, modernização e profissionalização**. Deve ser frisada a necessidade de capacitação e de equipamento, não bastando simplesmente aumentar o número de policiais sem sequer realizar um adequado treinamento inicial.

Destacamos as seguintes propostas de ações de governo:

- Assegurar a prevenção e o enfrentamento dos crimes contra o patrimônio, mantendo e aperfeiçoando as ações de redução dos homicídios. Reforço da Delegacia Patrimonial e das ações estratégicas da Polícia Militar, especialmente contra o roubo e o latrocínio;
- Aumento dos processos de policiamento a cavalo, em bicicletas e motocicletas, com as quais o policial consegue cobrir uma área maior do que a pé, mas sem o distanciamento e a dificuldade de visualização do entorno, próprias do patrulhamento em automóvel;
- Desenvolvimento de procedimentos de abordagem que maximizem a eficiência e diminuam a invasividade, de maneira a conter o porte ilegal de armas e os crimes que com elas são cometidos, com o mínimo possível de incômodo para o cidadão. Registro de todas as abordagens, de modo a garantir tanto ao abordado como ao policial o respeito pelos direitos de cada um. Campanhas publicitárias para maior aceitação dessa forma de atuação, em que o cidadão é fortemente chamado a contribuir para a eficiência do policiamento, para a sua própria segurança e com o respeito à sua dignidade;
- Instalação das Companhias da Polícia Militar nos pontos mais violentos das suas próprias regiões de atuação, fora dos quartéis;
- Criação de uma ou mais Delegacia Central de Flagrantes na Grande Vitória e transformação dos plantões atuais em delegacias normais com funcionamento 24 horas para atendimento ao público;
- Fortalecimento dos serviços de inteligência;
- Ampliação da capacitação policial, inclusive com cursos fora do Estado;





- Construção de unidades para as corporações segundo os padrões já existentes, assegurando local adequado de trabalho e de atendimento ao público;
- Conclusão, construção e provimento (pessoal e equipamentos) de todas as unidades do Corpo de Bombeiros previstas no seu planejamento estratégico (Vila Velha, Serra, São Mateus, Venda Nova do Imigrante, Linhares, Cachoeiro, Colatina e Santa Maria de Jetibá). Fomento dos corpos de bombeiros voluntários nos demais centros urbanos;
- Apoio às Guardas Civas Municipais, com fornecimento de equipamentos e treinamento;
- Uso intensivo de tecnologia, inteligência e perícia, especialmente no desenvolvimento do inquérito virtual e da automação da investigação;
- Uso moderno da comunicação social como instrumento não apenas de esclarecimento da população, mas também de combate ao crime;
- Melhoria do atendimento do Ciodes com foco na retenção de pessoal e regionalização do atendimento;
- Atuação integrada da Secretaria de Segurança com os demais órgãos do governo estadual, especialmente as Secretarias de Educação, Esporte e Lazer, com o Judiciário e o Ministério Público, Poder Legislativo; com as esferas de governo federal e municipal, além da sociedade civil.





9. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL E LOGÍSTICA

Em entrevista concedida à revista *Veja*, Thomas Piketty, da Escola de Economia de Paris, afirmou: “Para os países emergentes, como o Brasil, o crescimento é a chave para a melhora da qualidade de vida. Mas ele não é suficiente. É preciso refletir sobre a desigualdade”. A desigualdade é histórica e tema que transcende as fronteiras brasileiras, conforme mostrou em um controverso, mas exitoso trabalho acadêmico Piketty.

No Brasil, as desigualdades regionais e sociais são históricas e demandam grandes atenções no presente. O Estado do Espírito Santo também precisa refletir e articular ações de governo para tratar dessa questão. Não se trata de algo tão novo entre nós, pois já iniciamos no passado recente a parceria com o setor privado para pensar e atuar sobre esse tema. O Plano ES 2025 inaugurou um ciclo de parceria em favor do desenvolvimento produtivo socialmente inclusivo capixaba. Planos são importantes instrumentos de articulação e mobilização de esforços, mas é fundamental ter capacidade gerencial e liderança política para retirá-los do





papel e transformá-los em uma realidade melhor para a coletividade.

Com os investimentos públicos estaduais estruturantes estagnados, as externalidades para os investimentos privados são baixas e, portanto, esses importantes investimentos acabam adiados ou cancelados. A geração de renda provocada pelos investimentos e o aumento da produtividade da nossa economia acabam penalizados.

No contexto do desenvolvimento regional, alguns desafios se colocam:

- Maximização das oportunidades criadas pela exploração de petróleo e gás para a indústria e os serviços capixabas. Identificar e mapear oportunidades na indústria do óleo e do gás e incentivar empresários capixabas a investir nestes negócios. O dinheiro do petróleo e gás que circula na economia capixaba não pode se restringir aos *royalties* e participações especiais e aos empregos diretos gerados pela Petrobras. Isso representa parcela pequena perto do volume de investimento e geração de renda nos negócios potenciais desta indústria. Entre 2009 e 2015 os investimentos foram de US\$ 36 bilhões. Entre 2016 e 2025, a previsão é de US\$ 120 bilhões. A rede de fornecedores ainda está concentrada no Rio de Janeiro, capital, e Macaé;
- Inovação e agregação de valor nos segmentos de agricultura, indústria e serviços criativos, micro e pequenas empresas e *start ups*. Reformulação do papel do Bandes, com novos modelos de financiamento da atividade produtiva e de promoção do empreendedorismo;
- Construção de polos empresariais em diversos municípios, respeitando as vocações regionais e produzindo lotes empresariais, por meio de parcerias público-privadas;
- Garantir a implantação de um Porto de Águas Profundas e de um porto de apoio às atividades de petróleo e gás;
- Buscar viabilizar a construção da Estrada de Ferro 118, ligação entre o litoral capixaba e o sul fluminense, e da EF 354, ligação do sul capixaba, Ipatinga (MG), Lucas do Rio Verde (MT) e fronteira com o Peru;
- Duplicação da BR 262;
- Construir quatro aeroportos regionais (São Mateus, Linhares, Colatina e Cachoeiro de Itapemirim) e desenvolver esforços para concretizar a modernização e ampliação do aeroporto de Vitória;





- Criar o programa “Caminhos da Indústria”, que consiste em gerar infraestrutura (telefônica, asfáltica, lógica, gás, água, esgoto), nos polos empresariais existentes. Exemplos: Moveleiro em Linhares, São Joaquim em Cachoeiro, Polo Industrial de Colatina (bairro Maria Ortiz), Civit 1 e 2, Santa Inês em Vila Velha, Contorno de Vitória;
- Implementar a interconexão de todos os municípios do Estado com rede de dados em fibra ótica;
- Retomar uma política protagonista de atração empresarial ou de diplomacia econômica, como foi feito nos casos da Jurong, Edson Chouest, WEG. Para isso, o ambiente favorável precisa ser recriado, com o retorno da confiança por parte dos investidores, e com respeito. Retomar a agenda *road show* para apresentar o Espírito Santo e atrair empresas âncoras nos vários cantos do Brasil e do mundo;
- Atração de empresas âncoras para o fortalecimento de médias e pequenas empresas capixabas, que podem ser fornecedoras desses projetos;
- Criação de uma arco de geração de empregos nas divisas dos municípios de Vila Velha, Cariacica, Viana e Serra, prioritariamente nos bairros mais distantes das regiões centrais destas cidades, a partir de incentivos à implantação de salas comerciais, polos industriais, empresas de *call center* e outras atividades;
- Retomar as articulações para a implantação do polo gás-químico;
- Estimular a inovação e a agregação de valor na agricultura, inclusive com incentivo ao registro de patentes;
- Ampliar significativamente o investimento em pesquisa e inovação na Secretaria de Estado de Agricultura e no Incaper;
- Incentivar a extensão rural por meio das cooperativas e empresas privadas;
- Investir em infraestrutura rural;
- Criar uma política de Estado para estimular a indústria criativa, que hoje representa apenas 0,8% do PIB capixaba, a partir da implantação de um ecossistema de inovação (aceleradora, centros de inovação, incubadoras, editais com *equity*, envio de profissionais para estudar no exterior, qualificação empresarial de ponta e outros);
- Identificar, estimular e qualificar as vocações regionais do Espírito Santo para o turismo, um importante instrumento de geração e distribuição de renda no Estado;
- Construção de novos equipamentos turísticos, principalmente nas regiões com potencial ainda pouco explorado;





- Integrar as políticas de turismo com as áreas de cultura, esporte, educação e meio ambiente;
- Valorizar e investir na estruturação dos parques estaduais para que eles alcancem todo o seu potencial turístico.

Logística

Nesse panorama de muitos desafios e oportunidades, o Espírito Santo é induzido a dedicar atenção especial para o melhoramento da sua logística e da infraestrutura voltadas para apoiar a atuação dos arranjos produtivos que necessitam de soluções de transportes supridas, administradas e/ou apoiadas pelo poder público. O conceito de logística integrada, multimodal, que associe produção, agregação de valor a produtos, facilidade de circulação e distribuição e áreas adequadas para o desenvolvimento de atividades são elementos que podem ser planejados para um grande futuro do Espírito Santo.

Propomos estruturar “plataformas logísticas”, que nada mais são que centros integrados de transportes e distribuição que conciliam, em uma zona delimitada, um conjunto de instalações e equipamentos onde se desenvolvem diferentes atividades relacionadas diretamente com o transporte de mercadorias e demais atividades complementares. Não desejamos ser apenas um ponto de passagem de cargas. A localização geográfica privilegiada e a costa adequada a grandes portos podem dar ao Estado um futuro promissor no cenário mundial.





10. MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

Após o Relatório Brundtland (1987), “Nosso futuro comum”, dificilmente o desenvolvimento poderia ser descrito como um mero desdobramento do crescimento econômico. Desde então, compreendemos que as necessidades do presente não deveriam comprometer as necessidades das gerações futuras. Há, portanto, um claro compromisso socioambiental estabelecido entre gerações quando se faz a revisão do conceito de desenvolvimento e se incorpora a dimensão de sustentabilidade.

O processo de desenvolvimento deve efetivamente incorporar a dimensão ambiental em suas análises e propostas. Consideramos essa dimensão de extrema relevância para o Espírito Santo. No entanto, devemos evitar a ideologização do debate ambiental. A legislação brasileira vigente é moderna e deve ser respeitada. No Espírito Santo, alguns gargalos merecem atenção especial.

O sistema de **licenciamento e outorga** é lento, burocrático, apresenta condicionantes discrepantes dos empreendimentos e uma relação deficiente com outros órgãos de outras instâncias envolvidos no licenciamento. Há uma necessidade de uma reestruturação para atender à demanda do licenciamento no Estado. O desafios são promover melhorias nas estruturas técnica e operacional nos muni-





cípios; estabelecer prazos e protocolos transparentes para a concessão de licenças; organizar informações existentes e integrar instâncias decisórias que possam permitir procedimentos mais seguros e ágeis.

O Espírito Santo apresenta uma situação de pouca **disponibilidade hídrica**. Há locais com severa escassez e conflitos pelo uso da água até mesmo entre pequenos produtores que precisam irrigar sua área de produção. O desafio é equacionar problemas de disponibilidade hídrica para desenvolvimento industrial, uso agrícola e abastecimento urbano, tanto para a captação de água quanto para o lançamento de efluentes.

O **segmento florestal** está desestruturado, pois a legislação estadual não está em sintonia com o novo Código Florestal. Houve aumento da cobertura florestal, mas há regiões em que é importante a recuperação para garantir a disponibilidade hídrica. Portanto, é preciso identificar as áreas estratégicas a serem recuperadas, visando o aumento da disponibilidade e qualidade hídrica.

Os parques estaduais não cumprem o seu papel de turismo ecológico em plenitude. As **áreas protegidas** recebem poucos turistas, por questões de restrição e capacidade de atendimento, além da ausência de políticas que ampliem o uso público dos parques.

A **poluição atmosférica**, apesar de todos os esforços aplicados em reduzir sua incidência, ainda é um problema que causa grande incômodo à população, sobretudo na Grande Vitória, onde há grande emissão de partículas de poeira (pó preto). Estudos recentes identificaram outras fontes poluidoras que precisam ser permanentemente monitoradas e controladas.

Muitos recursos destinados à recuperação ambiental, Fundágua e Fundema, não são aplicados de forma integrada com as políticas e programas estaduais. Os projetos apoiados são, em sua grande maioria, de pequena monta e sem aplicabilidade e resultados concretos.

Propostas e ações:

- Estruturação e capacitação dos municípios para licenciamento;
- Criação de unidades regionais de atendimento do lema;
- Melhorar a integração entre condicionantes de diferentes licenciamentos e as políticas públicas do Estado;
- Implantar política de valorização do servidor por desempenho;





- Maior foco do lema na relações institucionais para criar relacionamento, vínculo de confiança e maior interação com os órgãos envolvidos no licenciamento;
- Ampliar o investimento em infraestrutura de reservação de água, como barragens, visando ao aumento de disponibilidade hídrica;
- Integrar as agendas de floresta e água dando a elas viés de vetor econômico;
- Fortalecer parcerias institucionais para captação de recursos mais significativos com organismos internacionais;
- Estabelecer mecanismos de outorga coletiva, por meio de maior interação com os comitês de bacia. Aprimorar o sistema de informações de Recursos Hídricos;
- Incentivar o valor econômico das florestas, estimular a criação do mercado florestal e harmonizar o cumprimento do Código Florestal Brasileiro com a geração de renda;
- Manter e aprimorar a política de pagamento por serviços ambientais, propondo novos arranjos de PSA (Carbono e Biodiversidade);
- Realizar concessão de serviços de uso público nos parques onde há maior demanda de turismo (Pedra Azul e Forno Grande);
- Desenvolver estratégias de geração de renda para as comunidades vizinhas das Unidades de Conservação;
- Fazer um plano estratégico de ocupação do litoral do Espírito Santo, para saber o limite de capacidade e a viabilidade sócio-econômico-ambiental para instalação de novos portos e demais projetos integrados de logística;
- Estabelecer um plano de metas de qualidade do ar factível com o desenvolvimento de políticas de controles de curto, médio e longo prazo da poluição atmosférica;
- Ampliar os impactos do Fundagua e do Fundema a partir do fortalecimento da sua estrutura de gestão, qualificação de seus servidores aumento do número de editais publicados.



11. HABITAÇÃO

Diminuir o déficit habitacional qualitativo e quantitativo é uma das obrigações primordiais do governante. Essa política leva à redução da desigualdade social e dá dignidade às famílias menos favorecidas. Nesse sentido, o objetivo é **ampliar os investimentos no setor**, incrementando os programas em andamento e formulando novos projetos para alcançar todas as regiões do Estado.

No caso das famílias com **renda mensal de até três salários mínimos**, a diretriz será a **concessão de subsídio de até 100% do valor** da produção da unidade habitacional, sempre em parceria com os municípios e, em alguns casos, com a Caixa Econômica Federal.





12. SANEAMENTO BÁSICO

A qualidade de vida dos cidadãos está diretamente relacionada à gestão pública na área de saneamento básico. Ao governante cabe a função de formular, planejar, executar e coordenar as políticas desse setor no âmbito estadual, com a finalidade de garantir a saúde pública e propiciar o desenvolvimento humano.

A principal ação, nesse caso, é aumentar a cobertura do saneamento básico no Espírito Santo. Segundo a Organização Mundial de Saúde, para cada unidade monetária investida em saneamento, economizam-se quatro em sistemas hospitalares.

Principais ações na área de saneamento básico:

- Elevar o índice de cobertura do abastecimento de água tratada para 100% da população;
- Elevar gradualmente nas diversas regiões e centros urbanos a cobertura das redes de coleta e unidades de tratamento de esgoto buscando atingir o percentual de 80%;
- Implementar unidades de tratamento e depósito do lixo urbano com cobertura de 100% do território estadual;





13. MOBILIDADE URBANA

Muitos são os pontos críticos que hoje contribuem para o agravamento das condições gerais da Mobilidade Urbana na RMGV e em grandes cidades capixabas, considerando-se aqui como mobilidade urbana os deslocamentos de pessoas e mercadorias/cargas de toda a natureza, que precisam circular pelas áreas urbanas, seja para abastecê-las, seja para atravessá-las com origem/destino dentro ou fora delas.

Também por pontos críticos ou de estrangulamentos não são referidos apenas pontos físicos de circulação ou outros, mas também sistemas de transportes ou modelos operacionais ou ainda políticas de gestão e operação.

Neste momento são avaliados apenas os mais críticos e que apresentam maior contribuição para o agravamento da qualidade da mobilidade urbana da RMGV. Isto não significa que pontos críticos menores e outras regiões/cidades não mereçam ser avaliados e atacados, mas apenas que os citados necessitam ser solucionados com prioridade.





Devem ser considerados os seguintes sistemas de tráfego urbano da Região Metropolitana da Grande Vitória:

- Acessos portuários nas áreas urbanas: Acesso ao Porto de Vitória/Vila Rubim – “Acesso Sul de Vitória”; Acesso ao Porto de Vila Velha – “Acesso de Capuaba”; Acesso ao Porto de Praia Mole;
- Ligações rodoviárias intermunicipais metropolitanas: Ligações entre Vila Velha e Vitória; Vitória e Cariacica; Vitória e Serra; Cariacica e Vila Velha; e Cariacica e Serra;
- Passagens das BRs 262 e 101 nas áreas urbanas da RMGV;
- Sistema viário estruturador do arco metropolitano da RMGV;
- Aproveitamento do trecho ferroviário da Ferrovia Centro Atlântica de Viana até Jardim América/São Torquato.

Sistema de Transporte Coletivo Urbano da RMGV

O TRANSCOL apesar de ainda não ter conseguido cumprir completamente seu papel de integrar todos os serviços de transporte coletivo da RMGV, inclusive os serviços municipais, já apresenta sinais de esgotamento de sua capacidade no modelo atual de operação.

O maior desses sinais é o crescimento contínuo de seus custos operacionais, independentemente de qualquer ação que venha a ser implementada.

Estudos técnicos mostram que os melhores resultados de custo/benefício de investimentos em transporte e trânsito são obtidos quando se investe simultaneamente em melhorias do tráfego geral e do transporte coletivo, com prioridade para este último.

A integração do sistema intermunicipal com os serviços municipais de transporte coletivo dos municípios da RMGV não foi alcançada, limitando-se aos municípios de Cariacica, Viana e Serra. Os serviços municipais de Vila Velha e Vitória nunca se integraram ao TRANSCOL e sempre operaram de forma competitiva com superposição de linhas e custos maiores que o necessário. Acreditamos que é possível avançar na solução para essa falta de integração.

Os serviços troncais, independente da tecnologia BRT ou outra qualquer, não podem mais operar em sistema viário misto, disputando espaços com os automóveis e veículos menores. Assim, não haverá ganho de eficiência possível e os custos continuarão a subir. Continuaremos subsidiando a ineficiência operacional.





Os serviços continuarão a ser motivo de protestos por parte dos usuários e formadores de opinião.

Uma nova modelagem de financiamento de implantação e operação do sistema de transporte coletivo precisa ser adotada, onde os investidores poderão ser estimulados a financiar a implantação de novas tecnologias como BRT, VLT, monorail, aquaviário ou outras, combinadas ou individualmente. Como contrapartida, assumiriam uma concessão com prazo adequado, dispondo de um marco regulatório sólido, fundamentado em leis complementares consistentes e não em decretos e normas simples, que assegurem não só remuneração justa de capital e das operações, mas também a qualidade de prestação de serviços compatíveis com os atuais níveis de exigência da sociedade.

Nesse novo patamar de contratação, envolvendo nova modelagem econômica, financeira e operacional integrada, os custos operacionais comportariam reduções significativas por ganhos de escala, a partir da compatibilização das capacidades de transporte, dos modais combinados entre si, com os novos e futuros volumes de demandas. Tudo isso ainda combinado com novos modelos de financiamentos privados e prazos longos de recuperação dos investimentos.

O BRT e o sistema aquaviário devem ser planejados e operados de forma integrada com os demais sistemas de transporte coletivo e individual. Para isso é preciso que se elabore um novo Plano Diretor de Mobilidade Urbana Metropolitana, em que se incorporem as mais modernas tecnologias de transporte e se adotem novos modelos de planejamento, de contratação e operação dos sistemas de transportes.

Transporte individual

Como demonstram alguns resultados de estudos técnicos atuais, os investimentos em Mobilidade Urbana somente têm resultados maximizados quando se dão de forma planejada para o conjunto dos elementos componentes da mobilidade, tratados de forma integrada numa única rede de serviços e operação.

Não se pode perder de vista que na RMGV, como na maioria das demais regiões metropolitanas do Brasil, o transporte coletivo responde pela grande maioria das viagens urbanas e tem o maior potencial de contribuição para o meio ambiente, para a qualidade de vida em geral e para a redução de custos econômicos, especialmente para a sociedade como um todo, viabilizando, com os maiores índices de custo/benefício os investimentos públicos em mobilidade.



Atualmente a própria Política Nacional de Mobilidade Urbana tem como diretriz a prioridade para o transporte não motorizado, destacando-se aqui o pedestre e as bicicletas, obviamente com vias de circulação adequadas. Mas é preciso fazê-lo levando sempre em consideração a importância do transporte coletivo para a população.

O modal individual não motorizado (pedestres e bicicletas) deve receber investimentos públicos e privados para se atender de forma adequada às demandas por viagens urbanas de curta distância. Os projetos de expansão devem acompanhar o crescimento da demanda.

Por fim, os modais motorizados de transporte individual (automóveis e motocicletas) precisam ser tratados com prioridade definida em política clara de mobilidade urbana, para que os projetos de transporte urbano, especialmente os viários, considerem de forma adequada e sem improvisações a circulação urbana eficiente e eficaz nas cidades.

Principais propostas e ações a serem implementadas para melhoria da mobilidade urbana:

- Elaboração de um Plano Diretor de Mobilidade Urbana da RMGV, já que a última ação de planejamento de mobilidade urbana da região foi o PDTU;
- Financiamento da mobilidade urbana da RMGV e da infraestrutura de logística do Espírito Santo, por meio de PPPs e outras alternativas que envolvam a iniciativa privada;
- Implantação de corredores exclusivos para o transporte coletivo do Transcol. Uma proposta de fácil implantação é a do Corredor Exclusivo da Beira Mar, ligando os terminais de Jardim América e São Torquato ao de Carapina, eixo que está previsto no projeto do BRT;
- Acelerar o processo de implantação do BRT;
- Implementar uma nova ligação Vitória/Vila Velha;
- Implantação do Contorno Mestre Álvaro, aliviando a circulação na Serra e permitindo o seu uso para a circulação metropolitana;
- Conclusão da Rodovia Leste Oeste, que representa um novo marco na mobilidade metropolitana e logística de cargas, especialmente para o Porto de Capuaba;



- Agilizar a construção do acesso sul de Vitória, dando efetividade à implantação do acesso ao Cais Comercial do Porto de Vitória;
- Implementar ações que visem a melhorias de qualidade e rendimento do sistema Transcol;
- Estimular os governos municipais a adotarem políticas de incremento dos deslocamentos a pé e por meio de bicicletas, auxiliando na elaboração de projetos e nos investimentos em infraestrutura, além de adotar em projetos viários estaduais em áreas urbanas, equipamentos adequados para esses modos de mobilidade.





14. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devemos reafirmar nestas considerações finais que este conjunto de ideias e propostas aqui apresentadas não pretendem esgotar os assuntos nem tão pouco serem uma obra acabada. Ao contrário, este documento além de cumprir a formalidade estabelecida na legislação eleitoral, pretende ser um ponto de partida para a necessária e oportuna reflexão sobre o futuro do Espírito Santo.

Durante a campanha eleitoral, com os muitos debates que serão realizados, de forma ampla e democrática, este documento será certamente muito enriquecido com a contribuição de todos os capixabas.

O futuro do nosso Estado não está dado e só será bem construído se for uma obra coletiva, que tenha a participação de todos os capixabas, seja fruto de um planejamento rigoroso que nos ajude a priorizar as ações mais relevantes e transformadoras e tenha foco no bem estar dos cidadãos e cidadãs capixabas.





CONEXÕES

